Liste C

Número du tarif néerlandais	Désignation des marchandises	Droits d'entrée ad valorem
Ex 112 II D, 1	Bouchons	10 %
Ex 136 I a	Sardines en conserve.	25 %
Ex 139 I 4	Figues sèches	12 %
Ex 139 I 7	Amandes de toute sorte, sans coques	7,8 %
-	Pyrites	exemption
-	Liège brut	exemption

Liste D

Número du tarif portugais	Désignation des marchandises
Ex 16	Noir animal.
95	Huile de lin, crue ou cuite.
117	Goudron et brai, minéraux.
201	Acide stéarique.
223	Amidons et féculs non dénommés.
251	Caféine.
288	Dextrines.
410	Fil de soie.
628	Beurres artificiels.
Ex 651	Appareils radio-électriques, récepteurs et transmetteurs, les accessoires et lampes non compris, pesant plus de 5 kilogrammes.
1:012 A	Fil de cuivre, isolé, pour usages électriques, revêtu extérieurement de caoutchouc.
1:031	Lampes électriques, non dénommées.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos

Direcção dos Serviços Eléctricos

Decreto n.º 25:039

Tendo a Câmara Municipal de Monção celebrado em 7 de Janeiro de 1935 com Abílio Dantas, residente em Monção, um contrato de modificação da sua concessão para distribuição de energia eléctrica para iluminação e outros usos na área do concelho de Monção, com o objectivo de ser reconhecida a utilidade pública da referida concessão;

Realizado o inquérito administrativo, nos termos da legislação em vigor;

Ouvido o Conselho Superior de Obras Públicas;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo que seja declarada de utilidade pública a concessão feita pela Câmara Municipal de Monção a Abílio Dantas, residente em Monção, para distribuição de energia eléctrica para iluminação e outros usos na área do concelho de Monção, e aprovada a respectiva escritura, datada do 7 de Janeiro de 1935.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Fevereiro de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Henrique Linhares de Lima* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Duarte Pacheco* — *Sebastião Garcia Ramires*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Repartição de Contabilidade das Colónias

Portaria n.º 8:006

Consoante o disposto no artigo 21.º e seu § único do decreto n.º 23:941, de 31 de Maio de 1934, a receita para a compensação de aposentação e para reformas militares foi fixada em 3 por cento de todos os vencimentos certos percebidos pelos funcionários ou empregados do Estado, civis ou militares.

Porém o governo geral de Angola, em portaria n.º 1:555, de 15 de Dezembro de 1934, estabeleceu o desconto, quanto aos funcionários militares, por forma diversa da indicada no mencionado artigo 21.º e seu parágrafo do decreto n.º 23:941.

Por tais fundamentos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do n.º 8.º do artigo 11.º e artigo 12.º e seus parágrafos, ambos da Carta Orgânica do Império Colonial Português, anular a portaria n.º 1:555, de 15 de Dezembro de 1934, publicada no *Boletim Oficial* da colónia de Angola n.º 50, 1.ª série, de 15 de Dezembro referido.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Ministério das Colónias, 12 de Fevereiro de 1935. — O Ministro das Colónias, *Armando Rodrigues Monteiro*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Secundário

Decreto n.º 25:040

Quando os professores efectivos de qualquer liceu são em número insuficiente, e não há professores agregados disponíveis, torna-se necessária a nomeação de professores provisórios, e essa nomeação, pela legislação vigente, é feita pelos reitores.

Dépois da criação do quadro dos professores agregados, de exercício eventual, tornou-se inconveniente esta forma de provimento, porque, antes da distribuição daqueles professores, não podem os reitores conhecer se têm ou não necessidade de professores provisórios; se anunciam o concurso antecipadamente, pode isso ser um acto inútil, e se o anunciam só depois de terem sido colocados os agregados, pode a tardia nomeação dos provisórios acarretar ao funcionamento das aulas demora prejudicial. Acresce que aos próprios pretendentes interessa a concentração dos provimentos, por não poderem prever quais os liceus onde virá a haver serviço.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 4.º do decreto n.º 22:146, de 16 de Novembro de 1932, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A nomeação dos professores provisórios dos liceus do continente da República, incluindo os municipais, é feita pelo Governo.

Art. 2.º Os candidatos enviarão os seus requerimentos, até ao dia 5 de Agosto de cada ano, à Direcção Geral do Ensino Secundário, e nêles indicarão o nome, data do nascimento, profissão, estado, naturalidade, residência, número e data do bilhete de identidade, o grupo ou grupos liceais para que se julgam habilitados e o

liceu ou liceus em que pretendem colocação; farão a declaração de que não exercem cargo que determine incompatibilidade com a função de professor do liceu e indicarão o tempo e qualidade do serviço que tenham prestado no magistério.

§ 1.º Os requerimentos serão instruídos com os seguintes documentos:

a) Carta ou sua pública-forma de um curso superior em que se compreendam as disciplinas do grupo;

b) Certidão de idade;

c) Documento comprovativo de haverem satisfeito às leis do recrutamento militar (sendo os requerentes do sexo masculino);

d) Certificado do registo criminal pelo qual se mostrem isentos de culpas;

e) Atestado de bom comportamento moral e civil passado pela autoridade policial do concelho onde tenham residido nos últimos três anos;

f) Os atestados a que se refere o artigo 6.º do decreto n.º 15:518, de 29 de Maio de 1927;

g) Certificados de terem sido vacinados ou de terem sofrido um ataque de varíola nos últimos sete anos;

h) Atestados da qualidade dos serviços, quando os tenham prestado, no magistério;

i) Quaisquer outros documentos comprovativos de capacidade docente.

§ 2.º A habilitação exigida na alínea a) do parágrafo anterior pode ser substituída por um curso da Escola de Belas Artes, tratando-se do 9.º grupo, e por qualquer curso ou diploma que dê garantias de competência, tratando-se do 3.º, do 10.º ou do 11.º grupo.

Art. 3.º Serão excluídos os requerentes que não tenham apresentado todos os documentos exigidos e os que, em algum ano, tenham prestado serviço docente não classificado de, pelo menos, suficiente.

Art. 4.º Os requerentes admitidos serão graduados para cada licen, e dentro de cada grupo, pela seguinte

ordem: primeiro os que se mostrarem habilitados com o Exame de Estado, ou com diploma equivalente, para o respectivo grupo, e que não sejam professores agregados; segundo, diplomados com licenciatura em que se abranjam as disciplinas do respectivo grupo; terceiro, diplomados com licenciatura em que se abranjam as disciplinas da respectiva secção; quarto, indivíduos com outros cursos ou diplomas.

§ único. Dentro de cada uma das categorias, será motivo de preferência a maior classificação, e, em caso de igualdade de classificação, o maior tempo de bom serviço prestado no magistério secundário ou as melhores informações da qualidade do serviço.

Art. 5.º Na falta de requerentes que satisfaçam às condições do artigo 2.º, ou depois de serem nomeados, poderão ser admitidos novos requerimentos, e, se não houver requerentes que satisfaçam a todas aquelas condições, poderão ser nomeados, por proposta do reitor, indivíduos de reconhecida competência.

Art. 6.º Os documentos uma vez apresentados na Direcção Geral do Ensino Secundário poderão ser utilizados para provimentos em anos futuros.

Art. 7.º A nomeação de professores provisórios para os liceus das ilhas adjacentes será feita pelos reitores, que para esse fim anunciarão concursos durante o mês de Julho de cada ano, devendo observar-se nesses concursos o disposto nos artigos 2.º a 5.º do presente decreto.

§ único. Os concorrentes serão avisados da graduação por meio de edital afixado no átrio do liceu, e podem reclamar para o Ministro da Instrução Pública no prazo de cinco dias, devendo, em caso de reclamação, ser remetido todo o processo à Direcção Geral do Ensino Secundário.

Paços do Governo da República, 12 de Fevereiro de 1935. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação*.